

Assassinadas no próprio lar

» MARCELLA FERNANDES

Em vigor há nove anos, a Lei Maria da Penha não foi suficiente para reduzir o número de mulheres que morreram dentro das próprias residências, vítimas de violência doméstica. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado ontem revela que, em 2011 — último ano analisado —, 1.196 foram assassinadas dentro de casa em todo o Brasil, o equivalente a 1,2 a cada 100 mil habitantes. No ano anterior, foram 1.186. O levantamento não inclui outros tipos de violência, como estupro e agressões verbais, nem casos fora do domicílio.

No recorte regional, o instituto aponta diferenças expressivas. No Sudeste, por exemplo, o número de homicídios femininos em casa foi de 442 em 2011, uma taxa 1,1 a cada 100 mil habitantes, a mesma do Nordeste. Já no Centro-Oeste, foram 162 mortes naquele ano — taxa de 2,3, a maior entre as localidades analisadas (veja arte). De acordo com o Ipea, “tal efetividade não se deu de maneira uniforme no país, em face de diferentes graus de institucionalização dos serviços protetivos às vítimas”.

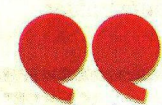
Apesar do aumento de ocorrências nos últimos anos, o instituto acredita que, sem a Lei Maria da Penha, os números poderiam ser piores. Desde 2006, quando a norma foi sancionada, o crescimento de homicídios masculinos ocorreu mais acentuadamente comparado aos femininos, o que, na visão do Ipea, seria um indicativo da efetividade da legislação. O órgão atribui o avanço à possibilidade de punição do agressor e à melhora na rede de atendimento, que confere maior segurança para a vítima fazer a denúncia.

Para especialistas, no entanto, a chamada “rede de enfrentamento” precisa ser ampliada. “Tem a ver com a rede de apoio que as mulheres têm, acesso a serviços de saúde, apoio nas atividades do lar. A lei diz que as polícias têm que ser reforçadas, mas isso não tem sido realidade”, afirma Sinara Gumieri, consultora jurídica da Anis, Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. Em 2013, apenas 191 municípios brasileiros tinham Centros Especializados da Mulher, onde as vítimas são orientadas. No mesmo ano, havia 117 unidades judiciárias especializada nessas ações, o correspondente a pouco

Iano Andrade/CB/D.A Press - 21/2/13



Manifestação contra agressões às mulheres, em 2013: na terça, Congresso tornou feminicídio crime hediondo



A criminalização tem um efeito retórico, que às vezes paralisa outros esforços políticos para pensar, por exemplo, o que precisa ser feito para avaliar a Lei Maria da Penha

Sinara Gumieri, consultora jurídica da Anis, Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero

mais de 1% das cidades brasileiras.

“O conceito machista patriarcal impregnado no país faz com que isso ainda não seja uma prioridade em muitos municípios brasileiros”, afirma Aparecida Gonçalves, da Secretaria de Políticas para Mulheres. O reforço na segurança também precisa ser aprimorado, destaca Fernanda Matsuda, consultora do Instituto Patrícia Galvão. “É preciso que seja mais célere e que haja um esforço de fiscalização para que não haja quebra da medida protetiva.”

Esse suporte foi essencial no caso da auxiliar de limpeza K. C. S.,

43 anos. Depois de apanhar duas vezes enquanto estava grávida, ela procurou uma delegacia quando o companheiro ameaçou a filha, então com 4 anos. “O momento mais difícil foi esse, mais do que quando levei o primeiro murro”, conta K. denunciou o parceiro outra vez, mas foi só no terceiro episódio ele foi preso, por dois dias. Depois de solto, os dois se encontraram em uma terapia de casais mediada por um centro de assistência e K. resolveu reatar o relacionamento. Desde então, segundo ela, não houve novos incidentes. “Há dois anos eu não sei mais o que é ele levantar a mão nem xingar.”

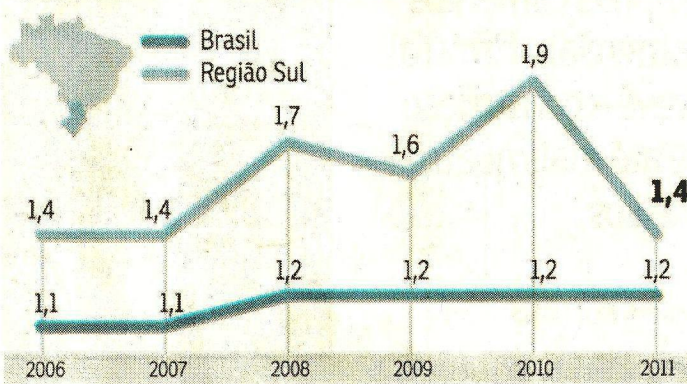
Feminicídio

Na terça, a Câmara aprovou a lei que torna homicídio qualificado o assassinato de mulheres em razão do gênero. A pena será de 12 a 30 anos de prisão quando o crime envolver violência doméstica e familiar ou menosprezo e discriminação contra a condição de mulher. Também será classificado como hediondo. Apesar de defendida por algumas entidades, a medida é contestada por reforçar uma lógica punitiva em vez de investir na prevenção. “A criminalização tem um efeito retórico, que às vezes paralisa outros esforços políticos para pensar, por exemplo, o que precisa ser feito para avaliar a Lei Maria da Penha e entender os fatores de risco”, diz Sinara. O texto aguarda sanção presidencial.

Violência avança

Número de homicídios de mulheres em casa desde a sanção da Lei Maria da Penha

*A cada 100 mil habitantes



Fonte: Ipea/Ministério da Saúde